



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VITÓRIA TAINARA SOUZA PEREIRA

O HABITAR NO LITORAL FORTALEZENSE

FORTALEZA

2024

VITÓRIA TAINARA SOUZA PEREIRA

O HABITAR NO LITORAL FORTALEZENSE

Artigo Científico para conclusão de curso, apresentado ao Curso de Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio
Wanderley Correia Dantas

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P496h Pereira, Vitória Tainara Souza.

O habitar no litoral fortalezense / Vitória Tainara Souza Pereira. – 2024.
21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Geografia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

1. Litoral leste-oeste. 2. Habitação. 3. Produção do espaço urbano. 4. Urbanização. I. Título.

CDD 910

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. O HABITAR NA ZONA DE PRAIA

2.1 Os primórdios da habitação

2.2 Sistemas de defesa

2.3 Vilarejos de pescadores

2.4 O habitar no século XX

3. O HABITAR PERMANENTE

4. O HABITAR CONTEMPORÂNEO E SUAS ÁREAS DE RESISTÊNCIA

4.1 O caso de Fortaleza, Ceará

4.1.1 Zona de praia e os primórdios do habitar pobre

4.1.2 Fortaleza: Litoral Leste-Oeste

4.1.3 Resistência no habitar litorâneo

5. NORDESTE E O TURISMO LITORÂNEO

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

Resumo

Devido às grandes transformações pelas quais passam as metrópoles nordestinas, a paisagem urbana no front litorâneo, tem sofrido diversas mudanças, tanto de ordem social e econômica, quanto cultural, sendo essas, que colocam o mar e o marítimo em destaque. Este, que até então, era visto como um lugar maléfico, de medo, vazio, misterioso e até mesmo impuro. Hoje, é marcado pela diversidade de usos, tendo duas tônicas principais que corroboraram para o processo de urbanização dessa zona de praia, sendo a primeira, associada ao lazer e a segunda, do habitar. Neste artigo quero me ater à segunda tônica, dessa forma, um dos meus objetivos principais é discutir o como se deu a construção do habitar na zona de praia, especificamente, na cidade de Fortaleza-Ce, com ênfase no decorrer histórico-geográfico-social e considerando as ligações entre o habitar tradicional e o habitar contemporâneo na zona de praia.

É importante salientar, que nem sempre a zona costeira fora vislumbrada como ambiência propícia ao habitar, ou ao desenvolvimento de práticas socioeconômicas como o turismo. Este panorama é recente, e se estabelece de modo a suprir uma demanda da sociedade contemporânea. Discutir sobre esse litoral que já foi um espaço destinado a comunidades nativas, por uma questão de sobrevivência, destinado as forças militares com o intuito de proteção, outrora, dedicado aos doentes, aos pescadores, aos retirantes da seca, aos que se aventuravam nas práticas de veraneio, dentre tantos outros povos, tem sido como uma grande jornada geográfica.

Um espaço múltiplo, que hoje, mesmo tendo seu foco em um dos setores que mais lucram no Nordeste, que é o turístico-imobiliário, ainda assim, é um espaço de resistência para muitas comunidades que entendem o habitar na praia muito além da especulação imobiliária e do tão conhecido e almejado “sol e mar”.

Palavras-chave: Litoral Leste-Oeste. Habitação. Produção do espaço urbano. Urbanização

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal, discutir o processo de habitação no litoral fortalezense, com ênfase no decorrer histórico-geográfico-social e nas tônicas tradicionais e contemporâneas, aliado a isso, tem como objetivos específicos, fazer uma análise da construção desse habitar e seus impactos na paisagem e apresentando as principais ligações, entre o habitar tradicional, como vilas pesqueiras e o habitar contemporâneo, como a verticalização da orla e a formação de favelas, não só isso, mas também, apresentar o contraponto do turismo e do setor imobiliário com as atividades tradicionais e ocupações populares.

Para isso, os procedimentos metodológicos foram feitos com base em uma pesquisa bibliográfica e documental, que se desenvolveu ao longo de três etapas. Sendo elas, a escolha a temática, a formulação de um problema, o levantamento bibliográfico feito no repositório institucional da UFC, na Biblioteca física e virtual, e no google acadêmico, onde foram encontradas, teses, dissertações, livros, revistas e uma gama de artigos sobre a temática. Para só então começar a redação do texto, que traz, exatamente, uma delimitação histórico-geográfico-social da construção do habitar na zona de praia. Habitar esse, que nem sempre teve o caráter elitista que se tem observado na contemporaneidade.

Em comparação com os dias atuais, nem sempre a zona de praia fortalezense foi vista com bons olhos pelo setor turístico-imobiliário. Discutir sobre esse litoral, que já foi um espaço destinado a comunidades nativas por uma questão de subsistência, destinado às forças militares com o intuito de proteção, outrora, dedicado aos doentes, aos pescadores, aos retirantes da seca, aos que se aventuravam nas práticas de veraneio, dentre tantos outros povos, tem sido como um grande ciclo de vivências geográficas.

Contudo, para que essa pesquisa fosse possível, foi necessário criar alguns questionamentos norteadores, como:

1. “Qual a relação da pesca, enquanto atividade tradicional, e do êxodo rural, principalmente por questões de seca, com as grandes formações de favelas no decorrer do processo de ocupação do litoral?”.

2. “A zona de praia cearense apresenta alguma forma de resistência, quando falamos em habitar no litoral? Quais seriam elas? Como se manifestam em meio a um espaço tão saturado pelo setor turístico-imobiliário?”.

Para responder a esses questionamentos, foi iniciada a discussão apresentando as formas de ocupação do litoral fortalezense, através de um resgate histórico do habitar em zona de praia, desde os primórdios dessa habitação, até os dias atuais (terceira década do século XXI), trazendo detalhadamente, todo processo de valorização do litoral e como ele se deu

durante a construção da cidade e na contemporaneidade. Em um segundo momento, é feita uma discussão sobre o habitar permanente no litoral, tanto de caráter elitista, como de caráter popular e precarizado. Já se encaminhando para o final, tem-se uma ênfase na forma do habitar contemporâneo e em suas áreas de resistência, trazendo para discussão a cidade de Fortaleza, localizada no Ceará, e dando destaque para a diferenciação de infraestruturas e serviços existentes ao longo da orla fortalezense, apontando os principais projetos de urbanização e requalificação realizados na área e como estes projetos interferiram na forma de apropriação dos espaços públicos do litoral oeste. Além disso, foi feita uma breve análise das transformações socioespaciais decorrentes do Projeto Vila do Mar, na região do Grande Pirambu, e como ele atuou no processo de apropriação dos espaços litorâneos. No quarto e último momento, é feita uma breve explanação do turismo no litoral nordestino e de como ele impacta na paisagem e região como um todo.

2. O HABITAR NA ZONA DE PRAIA

Devido às grandes transformações, pelas quais passam as metrópoles nordestinas, a paisagem urbana no *front* litorâneo, tem sofrido diversas mudanças, dentre elas, o crescimento urbano e seus desdobramentos, a dinâmica dos lazeres, os avanços do setor turístico/imobiliário, entre diversas outras, o que tem sido agregado as reflexões feitas em pesquisas voltadas para o estudo de uma “Geografia do Litoral nos Trópicos”, esse, que busca compreender a lógica de urbanização das zonas de praia no nordeste brasileiro, lógica essa, que possui dois grandes eixos, sendo o primeiro associado ao lazer e o segundo do habitar.

Para Lefebvre (1961), na década de 1960, os lazeres foram postos como variáveis importantes para o entendimento do urbano, junto a racionalidade da necessidade de lazer, característica da civilização industrial moderna. Já Castell (1983), na década de 1970, ao escrever sobre o meio urbano, suas espacialidades e as relações sociais, concluiu que as práticas de lazer haviam sido subestimadas na apreensão do “cotidiano” das cidades. Anos à frente, já no final do século XX, Corbin (2001) preocupado com o campo dos desejos, das expectativas e das frustrações, realizou um estudo na perspectiva do aprender a invenção dos “tempos livres”, criando assim, uma narrativa da história dos lazeres e de como eles eram entendidos, representados, simbolizados e utilizados.

Levando em consideração os estudos e associações que foram feitas ao longo dos anos, conclui-se que, a valorização dos espaços litorâneos se consolida na medida em que acontece a propagação das práticas marítimas modernas, representativas de novas

possibilidades de uso dos espaços litorâneos pela sociedade e junto a isto, a conformação de imagens positivas do mar e do marítimo nos trópicos.

O segundo grande eixo, pode ser visto como um complemento do primeiro, Carlos (2020) ao focar a discussão sobre o habitar, evidencia uma noção milenar, e para essa noção, tem-se duas possibilidades de apreensão, sendo a primeira, o surgimento das cidades antigas, que davam as costas para o mar até o início do século XX, deixando espaço aberto a formação de vilarejos de pescadores na zona de praia do litoral nordestino. Essa correspondia a uma zona não marcada pelo latifúndio, pois era destinada à defesa do território, sendo ocupada pela marinha e pelas Colônias de Pescadores na Zona Costeira (VILAR, 1911). Significa o estabelecimento de uma zona etnográfica com um modo de vida relacionado à satisfação dos anseios e fornecimento de elementos para reprodução dos envolvidos na arte da pesca artesanal.

A segunda possibilidade de compreensão desse uso milenar, se apresenta na contemporaneidade, denotando um quadro composto por comunidades tradicionais de povos originários que persistiram em habitar nas zonas de praia do litoral brasileiro. Que se deu, devido a movimentos de resistência e luta pela terra. Em consonância com a transformação do espaço urbano em mercadoria, que é desenhado pelo mercado imobiliário (econômico) e ao passar dos anos vai culminando na separação dos lugares de moradia, trabalho e lazer.

Seguindo esse raciocínio, é importante mencionar que essa segunda possibilidade de compreensão do uso milenar, também está diretamente ligado às demandas por habitação permanente da elite, somada a de uma classe média em formação, o que leva a um entendimento de dois gêneros de ocupação, marcantes, na zona de praia nordestina.

Primeiro gênero de habitação, se enquadra nos pós anos 60. Quando a demanda da própria cidade começa a incorporar a zona de praia como um lócus de habitação permanente da elite e não somente de adeptos da vilegiatura marítima. É exatamente nesse momento que o setor imobiliário se reforça e se fortalece com o crescimento da indústria de construção, onde, relacionado a isso, surge a tônica de verticalização da cidade e valorização do solo urbano, principalmente nas zonas de praia, o que tem, como principal desdobramento, o deslocamento das populações tradicionais e pobres.

Já no final dos anos 80. Com a demanda vinda das cidades convertidas em metrópoles e a incorporação das zonas de praia, o que gerava agora, um envolvimento dos municípios litorâneos com suas regiões metropolitanas, foi constituída a fachada litorânea com foco no habitar permanente de uma elite e classe média naquela zona. Zona esta, que se beneficiou grandemente de investimentos maciços do estado (principalmente políticas públicas de desenvolvimento da atividade turísticas litorâneas) e junto a ele, muitos investimentos do

setor imobiliário, cuja estratégia de reprodução tem lastro no financeiro: fundos imobiliários (CARLOS, 2020).

Ao fazer uma análise, diante do que se tem hoje, é possível observar um habitar elitista e uma transformação gradual do espaço em mercadoria, tanto pelo avanço do setor imobiliário, quanto pelo crescimento exponencial do turismo nordestino, atrelado ao mar, sol e *resorts*. Mas aqui, por outra perspectiva, quero deixar claro que o habitar em zonas de praia, historicamente, possui muitos precedentes, sendo uma prática recente, se colocarmos em uma escala temporal, pois essa zona, já teve outros usos e já foi associada a outras classes sociais, como por exemplo, já houve um habitar associado às comunidades tradicionais (de pescadores) que corrobora na construção de vilarejos litorâneos no *front* litorâneo das antigas cidades, sendo importante mencionar que essas habitações eram frutos de políticas higienistas da época e eram habitações bem precarizadas.

Considerando os recortes temporais, temos os “primórdios da ocupação do litoral” e a “caracterização contemporânea de ordenamento do território”. No primeiro deles, as “cidades antigas” eram dimensionadas de costas para o mar (PERON,1990; DESSE, 1996; VASCONCELOS, 2002; DANTAS, 2020). Já no segundo, existe um movimento de aproximação da cidade em relação ao mar, que está diretamente ligada ao desenvolvimento de atividades de lazer, turísticas e esportivas (náuticas e aquáticas), com impacto imobiliário no litoral.

2.1 Os primórdios da habitação

De acordo com Vidal de La Blache (1995) em sua obra *Principes de Géographie Humaine*, a “humanidade primitiva” denota uma forte atração pelo mar, partindo disso, é possível afirmar que os primeiros sinais de aproximação das sociedades tradicionais com o mar, se deu pela busca por alimentos. Isso se confirma, quando ao pensar no Brasil do passado, e nos povos originários que aqui habitavam, de acordo com as obras de André Thevet (1997) e Jean de Léry (1994) os povos eram nômades, marcados fortemente pela busca de alimentos, visto que a agricultura que havia na época não supria as necessidades básicas, sem a caça e a pesca aliadas.

Aliado a isso, é importante mencionar que as zonas de praia, eram vistas como território de medo (DELUMEUAU, 1978), pois, era assoladas à tempestades e sujeita a invasões bárbaros (povos inimigos), dessa forma, essas zonas eram habitadas, apenas, por populações marginalizadas e entregues a sua própria sorte, pois as populações mais abastadas, jamais, iriam se expor a tanto perigo.

Seguindo essa linha de raciocínio, se torna justificável a intervenção de caráter militar voltada para defesa do território, com a construção de fortes e portos militares da marinha nacional. E se formos mais adiante, é possível mencionar também a abertura dos portos comerciais, logo após a ampliação dos horizontes europeus e o avanço das grandes navegações. Sendo assim, é possível observar, um conjunto de construções junto aos vilarejos de pescadores e aos seus portos de pesca. Aqui se dá os primórdios da habitação na zona de praia. Ocupar o litoral, fora dessa perspectiva, acima citada, era impensável na época visto que as zonas de praia eram tidas como não vantajosas à ocupação humana (CORBIN, 1988).

2.2 Sistemas de defesa

Nas cidades brasileiras, o estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos culminou na conformação de uma “paisagem tipicamente lusitana” (ABREU, 2005). Apresentando-se em uma lógica de ordenamento pautada no sistema de defesa (Fortes, Fortalezas e Fortificações), importante mencionar, que as cidades litorâneas sempre eram feitas em uma significativa distância da zona de praia e sempre de costas para o mar. Isso com o intuito de evitar invasões externas, de outras metrópoles europeias, proteger dos ataques de indígenas não aliados, apoiar a entrada de bandeirantes e permitir o envio de produtos ao mercado europeu, além de importar produtos valorizados para elite local. O que tornava a zona portuária sempre ativa.

2.3 Vilarejos de pescadores

As zonas de praia se constituíram em meio à um espaço de coabitação entre atividades marítimas tradicionais, sendo o habitar na praia um atributo preponderante no exercício da pesca artesanal, o que impactou e impacta até os dias atuais, mesmo que em pequena escala, a paisagem litorânea brasileira. Pois a mesma, principalmente no Nordeste, é marcada por uma “Zona de Pescadores” segundo Pompeu Sobrinho (1937). Essa “Zona” é composta por habitações típicas modestas, circundadas de falésias e dunas, além de um porto de pesca, onde ficam as embarcações de jangadas e canoas, e é habitada por vários grupos étnicos, sendo majoritariamente, povos indígenas. O que se explica, pois esses “vilarejos de pescadores” são derivados de antigos aldeamentos. Não só de povos indígenas, mas também de migrantes do Sertão, grupos de mestiços e negros. Em sua obra, Barros (1995) enfatiza que essa onda de migrantes corroborou com o adensamento dos vilarejos e provocou uma grande troca de aprendizados.

2.4 Práticas marítimas modernas

Ao final do século 19, aconteceu a incorporação do mar a geografia das cidades litorâneas, à grosso modo, as zonas de praia, que antes eram um espaço de medo, agora fazem parte e se integram as cidades litorâneas brasileiras, o mar que já foi considerado um “território vazio” do séc. XVII-XIX (CORBIN,1988) agora passa por mudanças em consequência da produção de formas, novas gerações, novos fluxos, valores, hábitos, costumes, um conjunto de mudanças de vem transformando o espaço ao delineamento das Práticas Marítimas Modernas, que iniciaram com o banho de mar, de caráter terapêutico e desenvolvidos nas estações balneárias; passando pela vilegiatura marítima, a constituir um espaço de sociabilidade maior; fechando o circuito com o turismo litorâneo e dos esportes náuticos e aquáticos.(CORBIN, 1988; PERON; RIEUCAU, 1996; BOYER, 2008; DANTAS; ALVES, 2016; PEREIRA; DANTAS, 2019).

2.5 O habitar no século XX

O início do século XX nas cidades mais dinâmicas do nordeste brasileiro, como Fortaleza, Recife e Natal, coloca em evidência o desejo por espaços litorâneos no Brasil, o que é reforçado por Claval (2004) na análise de estudos sobre Fortaleza e Rio de Janeiro, de DANTAS, 2000; GOMES, 2002; respectivamente. É possível observar uma mudança de atitude da sociedade em relação ao mar e ao marítimo, passando da racionalidade higienista e a descoberta dos banhos de mar (tratamentos terapêuticos), para uma outra racionalidade elitista de habitar na praia ocasionalmente, o que veio a ser chamado da fase de vilegiatura marítima, uma segunda residência ou casa de veraneio.

1.Os **tratamentos terapêuticos** levaram a uma ocupação modesta das zonas de praias, no sentido de que, havia poucos sítios e chácaras destinados ao tratamento de saúde, esses que, por sua vez, quase sempre estavam ligados a tratamentos respiratórios na ambiência marítima, além de passeios pela praia, campos de dunas e banhos de mar.

2.Já a **vilegiatura marítima**, é bem recente e teve início na década de 20 e 30, nas cidades nordestinas. Diferente dos tratamentos terapêuticos, representou uma grande intensificação da ocupação na zona de praia, e pode-se afirmar que até um dos primeiros ensaios de urbanização foi devido a vilegiatura, visto que, foi nesse momento que começaram a surgir as primeiras residências secundárias e junto delas, ruas, sistemas de transportes que ligavam a cidade a praia

(bonde) e não só isso, mas também, foi nessa época que surgiram os primeiros calçadões nas praias de Iracema (LINHARES, 1992; DANTAS, 2020), Rio Vermelho (SILVA; SILVA,2006), Redinha (SOARES,1980; OLIVEIRA, 2003).

3. O HABITAR PERMANENTE

É evidente que esse habitar ocasional da vilegiatura, na cidade de Fortaleza-CE, durante dados períodos do ano iria gerar uma forte e pioneira pressão aos vilarejos de pescadores, o que levou a ambiência de esgotamento desta estrutura antiga. E um efeito colateral desse esgotamento foi que, nas décadas de 40 e 50. Diante da consolidação do habitar de forma precária na praia, houve a construção de bairros populares na zona litorânea, formados, principalmente, pela concentração de migrantes na circunvizinhança de áreas pouco qualificadas a habitação, como por exemplo, nas zonas portuárias.

Já nas décadas de 70 e 80. Se intensifica a urbanização ligada ao habitar na praia, isso se dá, devido ao fortalecimento do setor de construção civil voltado à produção de habitações na zona de praia das cidades. Para Seabra (1979), esse momento representou oportunidades de grandes ganhos para o setor imobiliário, visto que o solo urbano voltado ao atendimento de demandas por segundas residências, vinha sendo cada vez mais valorizado. Nesse sentido, cabe afirmar que, os antigos palacetes, são substituídos por prédios, financiados pelos donos das grandes empresas de engenharia civil, que viam esses prédios como investimentos. Junto a eles, na década de 70, o Banco Nacional de Habitação (BNH) também investiu recursos nas construções.

É importante mencionar que, além dos prédios concebidos para uso ocasional, apreende-se a importância mais do que significativa de imóveis adquiridos pela elite local e a esperança de uma possibilidade do habitar permanente na zona de praia. Surge assim, a tônica de verticalização em algumas metrópoles nordestinas, com maior impacto nas praias do Meireles (Fortaleza), Ponta Negra (Natal), Rio Vermelho (Salvador) e Boa Viagem (Recife).

Nessa linha, surge o habitar permanente de caráter elitista na cidade que se apropria de uma localização rara e não cria nem um vínculo tão forte quanto o que já haviam sido criados nos moldes das comunidades tradicionais, que nutriam um forte vínculo com o mar e o marítimo.

Foi por conta desse advento do habitar ocasional e permanente das zonas de praia, por uma elite local, que o mercado da terra urbana foi se diversificando, com implicações na valorização dos imóveis postos próximos ao mar, se tornando, ainda nos dias de hoje, aqueles

com o metro quadrado mais elevado das metrópoles nordestinas, incorporando áreas rurais dos municípios litorâneos vizinhos, constituindo o início das regiões metropolitanas. Em Fortaleza, podendo citar, Caucaia e Aracati. Com isso surgiram muitas implicações, como por exemplo, Cavalcante (2016) enfoca a problemática na praia do Cumbuco (Caucaia-Ceará), indicando um quadro de expulsão de parte significativa da comunidade de pescadores a uma localidade precária e distante da praia (Paraizinho).

4. O HABITAR CONTEMPORÂNEO E SUAS ÁREAS DE RESISTÊNCIA

4.1 O caso de Fortaleza - CEARÁ

Na obra *Mar à vista - Estudo da Maritimidade em Fortaleza*, o autor Eustógio Wanderley revela que marcas do vínculo entre sertão e litoral são evidentes em Fortaleza. Tal simbiose gerou uma cidade litorânea, porém com uma alma sertaneja, cidade essa, que foi fortemente marcada por uma criação interiorana, que durante muitos anos, virou suas costas para o mar, se voltando, quase inteiramente, para o interior (Dantas, 2011). Havia vários projetos que conduziam a explicitação de um espaço de sociabilização das classes abastadas distanciados da zona de praias. Sendo assim, por conseguinte, a cidade foi construída no sentido do mar-sertão, escolha que foi marcada por um imaginário interiorano que não permitia ver o mar, através de um ponto de vista diferente, apenas como um ponto de exportação e importação de produtos. Assim, nasceu a cidade litorânea-interiorana e uma Fortaleza que mesmo se localizando no litoral, possuía uma “alma de sertão”, como menciona o autor em alguns trechos do livro (Dantas,2011). Se tornou, assim, a Capital do Sertão, muito antes de ser conhecida como a Cidade do Sol, essa que só se consolidou como tal, com o advento e consolidação das práticas marítimas associadas ao lazer e ao turismo, passando de (litorânea-interiorana) para (litorânea-marítima).

4.1.1 Zona de praia e os primórdios do habitar pobre

Ainda nesse sentido, ao afirmar que havia vários projetos que voltavam a cidade para o interior e todos os espaços de sociabilização das classes abastadas eram projetados para serem feitos distanciados das zonas de praias. É possível imaginar que as dificuldades de moradia e sociabilidade para a população mais pobre era tamanha, visto que a cidade não fora construída para eles, o que induziu um grande contingente de emigrantes pobres do sertão para ocuparem as zonas de praias. Esse movimento de ocupação das zonas de praia pelos pobres corresponde, essencialmente, à demanda por habitação reprimida, dos retirantes que não

conseguem se estabelecer na cidade. Muitos se viram forçados por uma política higienista da cidade, tanto no sentido de ordenamento, quanto no sentido de controle social, a se estabeleceram nos terrenos de marinha, áreas essas que anteriormente, eram ocupadas pelas comunidades de pescadores. Juntando esses dois contingentes de pessoas, é possível afirmar que a zona de praia foi ficando saturada no sentido demográfico, principalmente, no final do século XIX, e foi se dando o surgimento das favelas nas zonas litorâneas.

O primeiro tipo de ocupação das zonas de praia, ligado a pesca, encontra-se na totalidade do território cearense, já o segundo, a formação de favelas, se caracteriza como um fenômeno da cidade de Fortaleza, isso pois, essa cidade, cujo fluxo migratório impediu a integração de todos os retirantes as comunidades de pescadores. Nesse sentido, é possível afirmar que a cidade de Fortaleza, tem uma zona de praia caracterizadas por um território de pesca (porção leste) e um lugar de habitação dos pobres (porção oeste), fato que se traduz, pelo crescimento das antigas comunidades de pescadores, como por exemplo as do Mucuripe, que até os dias atuais, se encontra enquanto resistência, marcando a paisagem com suas inúmeras jangadas ancoradas a ponta do Mucuripe. E ao mesmo passo, na outra ponta, do litoral fortalezense, no lado oeste, tem-se a ocupação e consolidação da beira-mar pelos pobres, especialmente nas zonas de construção precárias das dunas dos Outeiros e do Arraial Moura Brasil, na segunda metade do século XIX, e a do Pirambu, no século XX.

É evidente que com a chegada das classes abastadas nas zonas de praia, o quadro de habitação seria modificado. A coabitação entre pescadores e pobres retirantes da seca foi possível, já essa coabitação entre classes abastadas e as que já se encontravam nas zonas de praias, não fora viável, sendo assim, onde essas classes mais abastadas se instalavam, ocorriam grandes expulsões em massa das classes mais pobres, inicialmente, a porção leste do litoral foi a mais afetada, na Praia de Iracema e posteriormente no Meireles, evidenciando uma grande expulsão dos antigos habitantes, e restando apenas os portos de jangadas que continuavam a se beneficiar das suas zonas de porto. Já o restante dos pobres, foram em suma, deslocados para a zona oeste do litoral.

As áreas urbanas centrais, dotadas de infraestrutura e detentoras de alto valor econômico, são habitadas prioritariamente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo. Os espaços restantes são considerados periféricos e ocupados pelos “excluídos” (ALMEIDA; ALVIM, 2016). Para Villaça (2001, p 142), a segregação socioespacial é vista a partir da concentração de uma determinada classe ou camada social no espaço urbano, com acesso (ou não) a bens e serviços. Assim, a segregação é posta como um processo segundo o qual “[...]”

diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole”.

4.1.2 Fortaleza: Litoral Leste e Oeste

A zona de praia localizada na porção oeste de Fortaleza, hoje chamada de O Grande Pirambu, é um grande exemplo da desigualdade social própria das cidades brasileiras. Enquanto todo o litoral leste se valorizava, o litoral oeste de Fortaleza não passou por esse processo de valorização simbólica e imobiliária, muito pelo contrário, essa porção do litoral permaneceu marcada por habitações de famílias de trabalhadores, autônomos e assalariados, utilizando-se da construção improvisada característica das favelas brasileiras.

Com o passar do tempo, aliado ao crescimento da atividade turística em Fortaleza a partir dos anos 1970, a capital Alencarina apresentou muitas carências de áreas de lazer para as classes menos abastadas (praças, parques e calçadas). Deixando esses tipos de equipamentos urbanos, destinados apenas aos bairros concentrados ao litoral leste. Podendo citar, até mesmo, o tão conhecido e turístico calçadão da Avenida Beira Mar.

Por muitas décadas foi possível observar o tamanho descaso com o litoral oeste, litoral esse que faz parte da tão formosa capital do sol, litoral este que foi formado e ocupado por pessoas muito antes da especulação imobiliária ou da onda de turismo chegar na cidade, este que foi formado, quando a cidade toda foi projetada para virar as costas para ele, sem lhe dá a devida e merecida atenção. O descaso não acabou, a discrepância entre o litoral leste e oeste de fortaleza ainda é gritante, mas com o passar dos anos, alguns projetos foram iniciados, inacabados e renomeados e um deles, que perdurou e perdura até os dias atuais é o projeto Vila do Mar, que em outros governos, já foi nomeado de Projeto Costa Oeste, com os objetivos de:

- Interligação da malha viária existente através da abertura de novas vias;
- Remanejamento da população atingida (indenizações e reassentamento);
- Urbanização das praias;
- Construção de equipamentos reivindicados pela comunidade;
- Deslocamento do Interceptor Oceânico. hoje, tem como o intuito,

Hoje, sob poder municipal, o projeto Vila do Mar tem como principal objetivo a urbanização e requalificação de 5,5 quilômetros da costa oeste de Fortaleza, contemplando os bairros que formam o Grande Pirambu (Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu). Até então, a faixa de praia do litoral oeste era utilizada como depósito de lixo pela população. No projeto consta, não só a remoção desse lixo a céu aberto na beira mar, como a construção de uma avenida em paralelepípedo, calçadão em pedra Cariri, delimitação da faixa litorânea, praças de

convivência, quadras esportivas, mirante, iluminação pública, reforma de quatro espigões (estruturas de proteção costeira, que barram as ondas reduzindo seu impacto na superfície realizando o controle da erosão marinha) e a construção de um quinto.

Junto a isso, o mesmo, também visou à solução do problema habitacional de parte da população, visando à melhoria das condições de vida de famílias, que foram retiradas de seis áreas de risco ao longo do litoral e reassentadas em quatro conjuntos habitacionais situados na Av. Francisco Sá.

Com isso, não é possível afirmar que se tem um litoral homogêneo na cidade de Fortaleza. Na verdade, as condições de pobreza permanecem, mas a paisagem urbana dos bairros populares da orla oeste da cidade, que antes, se diferenciava, bruscamente, da realidade da porção leste, hoje possuem uma paisagem mais valorizada e com inúmeras possibilidades, visto que os projetos de reordenamento e requalificação trouxeram novos horizontes a serem explorados, sobretudo àquelas vinculadas ao acesso à praia enquanto espaço público e ao lazer para as comunidades ali presentes.

4.1.3 Resistência no habitar litorâneo

Nesse sentido, é possível afirmar que, comunidades essas, que se encontram como pontos de resistência do habitar em uma zona de praia, representando não só a resistência na cidade de Fortaleza, mas em muitas outras cidades que estão na mesma situação, como Natal no Rio Grande do Norte, Recife em Pernambuco e demais cidades nordestinas litorâneas, onde um trecho da zona de praia é supervalorizado pelos setores turísticos e imobiliários e outras porções, quase sempre, as marginais, são deixadas de lado. Citando (ALMEIDA; ALVIM, 2016). São escolhidas as áreas urbanas centrais, essas que por sua vez, são dotadas de infraestrutura e detentoras de alto valor econômico e por conseguinte, habitadas prioritariamente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo e os espaços restantes são considerados periféricos e ocupados pelos “excluídos”. Esses que se tornam a resistência no espaço litorâneo. Seja através da formação de favelas e periferias, ou seja, ancorando suasjangadas e canoas em uma área que elas não deveriam mais estar e se mostrando presente na paisagem e no lugar.

5. NORDESTE E O TURISMO LITORÂNEO

Ademais, outra tônica que incorporou o mar à geografia litorânea das cidades nordestinas, foi o surgimento do turismo litorâneo, esse que se serviu de políticas públicas associadas ao turismo de massa no final dos anos 80. O mesmo representou um dos mais

importantes vetores de crescimento e desenvolvimento da região praiana nordestina, se destacando os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte (DANTAS, 2019). Nessa linha de raciocínio, cabe acrescentar que, houve intervenções voltadas para a adoção de infraestrutura necessária na zona costeira, para receber essa massa de turistas que era atraída para as praias nordestinas (turismo de sol e mar). Sendo necessário a criação de aeroportos, saneamento e construção de vias litorâneas, ainda, com pouca ênfase, foi necessário o domínio da gestão ambiental, patrimonial e histórica de cada metrópole.

Seguindo um padrão clássico da política turística empreendida no Nordeste, o objetivo principal era o da atração de empreendimentos (hoteleiros e resorts) e o da captação de fluxos internacionais, sendo assim, as cidades e as zonas de praia dos municípios litorâneos desempenham papéis diferentes. As primeiras se especializam no receptivo e dos hotéis, e as segundas se especializam nos fluxos entre os resorts. Bem como a atração de fluxo de turistas a validar estes empreendimentos, a região foi surpreendida com a chegada de outros vilegiaturistas e empreendedores do imobiliário (BOYER, 2008; PEREIRA, 2012; FONSECA, 2012; DANTAS, 2019), vindos em escala nacional e internacional, prontos para se beneficiar da infraestrutura turística litorânea. Tal fluxo, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, foi o vetor de articulação e investimentos no setor imobiliário e turístico, de empreendedores locais e estrangeiros. (DANTAS; FERREIRA. LIVRAMENTO, 2010). No período de 2001 a 2008, a demanda dos vilegiaturistas, junto com o oferecimento de novos empreendimentos imobiliários, tanto de segunda residência como complexos turísticos residenciais, garantiu grandes investimentos de capitais internacionais (principalmente de Portugal, da Espanha e da Itália). (SILVA, 2010).

Com o passar do tempo, a existência de infraestrutura de qualidade nos municípios litorâneos das metrópoles nordestinas, e o preço convidativo, se comparado ao das metrópoles, incentiva a aquisição de primeiras residências em áreas que antes eram qualificadas apenas para vilegiatura. Indo contra a tendência imposta pelos empreendedores imobiliários da época, que anunciavam aquela área apenas para segundas residências, e em oposição ao exercício do habitat tradicional, que se dava através de vilas de pescadores articuladas aos portos de jangadas. Após a década de 80, foi possível notar um movimento de requalificação da segunda residência em primeira residência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar sobre o litoral fortalezense e não citar a obra literária *Praias e Várzeas* do escritor Gustavo Barroso (1888-1959), seria um grande equívoco, sendo assim, para concluir essa explanação sobre o litoral, o habitar na zona de praia e todas as suas facetas ao longo do espaço-tempo, decidi trazer um pouco da noção de geografia do litoral, paisagem, lugar, geograficidade, urbanização e modernização através de um olhar literário.

Gustavo em seu livro, aborda sobre o espaço litorâneo nos contos, “Velas Brancas”, “Finados”, “Naufrágio” e o “Pescador”. O mesmo traz histórias que tem como cenário principal a praia, essa que ele descreve com tantos detalhes e sentimentos, sendo capaz de nos transportar a uma singular geografia do litoral.

O mesmo, faz isso quando fala do pescador e da sua relação com o mar, na história do pescador Matias Jurema, por exemplo, fala sobre um homem que perdeu a visão para catarata, é possível perceber que a linha do horizonte não é só mais uma paisagem, mas sim um conjunto de sentimentos, receios e sentidos. Matias aprendia a paisagem pelos ouvidos, “[...] já que não podia mais deleitar-se com os olhos” (BARROSO, 1979, p. 5). Não só isso, mas ele também afirma que o velho Matias “Dedicara a vida somente ao oceano. A terra só lhe trouxe desgraças” (BARROSO, 1979, p. 8). Mostrando que havia uma preferência para quem estava situado entre os dois mundos, em outros trechos ele afirma sobre a terra, “tinha-se de esburacá-la com pás e enxadas, para se arrancar alguma coisa. Parece que dava esmolos”, e sobre o mar, “O seio largo do mar estava aberto a todo mundo. Era inesgotável. Todos os seus tesouros, lá estavam para quem tivesse ânimo de ir buscá-los (BARROSO, 1979, p. 7).

Gustavo também fala sobre a praia, de como ela pode ser natureza e cultura, natureza no sentido de que, abrange dunas, falésias, mangues e restingas. Cultura, pois carrega em si um cotidiano, uma sociabilidade, uma herança, sendo assim, a concreta expressão da relação do homem com o meio. Mostra que a praia é um lugar de afetos, pois é ela que está entre o homem e o mar e é nela que o pescador estabelece sua morada, o seu lar.

Em seus contos, não só trouxe histórias de pescadores, como falou de suas vivências da infância, contou o que aprendeu com os jangadeiros, falou sobre as lendas, os mitos e as crenças da época, como por exemplo, quando, no conto *Finados*, todos os pescadores ficam preocupados com Lucas que insiste em pescar em dia santo. Mostrando em diversos trechos que as credices e ritos perduram por tempos e tempos e essa subjetividade do imaginário popular atravessa não só a literatura como a geografia de cada lugar e de cada paisagem. No mesmo conto, o autor também aborda algumas atividades cotidianas de encontros e de lazer, dos povos do mar, mostra que além das que eram relacionadas aos portos de jangadas e a pesca,

também aconteciam banhos de mar, serenatas, caminhadas pela orla entre outros usos desse espaço.

Trazer esses contos para a conclusão dessa explanação, é esclarecer aspectos representativos de um espaço-tempo peculiar, que na contemporaneidade, é muito difícil de observar, devido a todas as mudanças substanciais que aconteceram no espaço litorâneo. Mudanças essas que trazem para a atualidade uma nova paisagem, novas sociabilidades, novos usos e novas formas de ocupar esse meio marítimo, traz para a geografia no litoral, um novo espaço, um novo lugar. Leva-nos a discutir a condição de conflito do pescador, por exemplo, esse que sempre teve o mar como um horizonte e um destino, e agora, precisa se preocupar com a luta pela terra. “[...] O pescador, que antes se batia contra o mar e seus elementos para garantir sua sobrevivência, tem que bater em terra para garantir sua permanência nas praias.” Dantas (2005, p.272). Retomando o que foi discutido mais acima, acontece um conflito desigual que acaba por levar o deslocamento do pescador e de povos originários, para o centro das grandes cidades ou mesmo para áreas menos valorizadas, periféricas e marginalizadas. A tendência é que o pescador abandone as suas atividades tradicionais, sendo obrigado a inserir-se, muitas vezes, no âmbito informal, por conseguinte, dentre tantas perdas, perde-se também toda uma identidade, um modo de vida, uma história. Gerando como resultado, um movimento de resistência no mar. Como por exemplo o porto de jangadas do Mucuripe na cidade de Fortaleza, assim como sugere Dantas (2005), através da luta pela terra, o pescador redescobre o mar e junta forças para continuar a (r)existir por uma geografia do litoral diversa e plural.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. **Praias e Várzeas**; Alma sertaneja. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

BOYER, Marc (2008). **Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle**. Caen: Éd. Management et Société.

CAVALCANTE, Eider Olivindo (2016). **Modernização do litoral e o estilhecimento da vida cotidiana**: o caso de Cumbuco - Caucaia (CE). RA'E GA, v. 36, p. 7, 2016.

CAVALCANTE, Tiago; DANTAS, Eustógio (2020). **Geografia do litoral em Praias e Várzeas de Gustavo Barroso**. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, p. 1-26, 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2020) Henri Lefebvre: **o espaço, a cidade e o “direto à cidade”**. Revista Direito e Práxis, vol. 11, núm.1, pp. 349-369.

CORBIN, Alain (1988). **Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)**. Paris: Aubier.

CORBIN, Alain (2001) **História dos tempos livres**. Editorial Teorema.

CLAVAL, Paul (2004). **La fabrication du Brésil**. Paris: Belin.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2005). **O pescador na terra**. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. 1ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2002). **A construção da imagem turística de Fortaleza**, MERCATOR, ano 1, no 1.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.) (2010). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2011). La **Maritimité Chez les Indiens du Brésil**. Géographie et Cultures (Paris), v. 78, p. 75-96.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ALVES, L. (2016). **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2019 a). **Maritimidade nos Trópicos**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2019 b). **Le Nordeste déconstruit où reconstruit**. Outre-Terre, v. 56, p. 198-218.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2020). **Mar à Vista**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC.

DELUMEAU, Jean (1978). **La Peur en Occident, XVIème - XVIIIème siècles**, Paris, Fayard.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da (org.) (2012). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: UDUFRN.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no nordeste do Brasil**. 2012. 350 f.:Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza-CE, 2012. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia.

PEREIRA, A. Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2019). **Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar**. Sociedade & Natureza, v. 31, p. 1-21.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz (1937). **O homem do Nordeste**. Revista do Instituto do Ceará, tomo LI. Fortaleza: p. 322-323.

LEITE, M. E. **FAVELAS EM CIDADES MÉDIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, MG, v. 11, n. 34, p. 162–173, 2010. DOI: 10.14393/RCG113416235. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16235>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da (2010). **Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico**. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.). Turismo e imobiliário nas metrópoles. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da (2006). **Vilas de Índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. 1a. ed. Campinas: Pontes.

SILVA, D. M. **Pirambu e suas geografias**: um olhar sobre o jornal O POVO (1990-2005). 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SILVA, R. B. **Fortaleza e a Ocupação do Espaço Litorâneo no Grande Pirambu**. v. 27. n. 1. pp. 47 – 65, Geografia (Londrina). Abril/2018.

SILVA, Alessandro Ferreira; FERREIRA, Angela Lucia. (2011). **O IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO E O NORDESTE BRASILEIRO: DINÂMICAS ECONÔMICAS E URBANAS SOBRE O LITORAL** - Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL - Costa Rica II Semestre, pp. 1-15

THEVET, André (1997). **Le Brésil d'André Thevet - les singularités de la France Antarctique (1557)**, Édition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestingant. Paris: Éditions Chadeigne.

VIEIRA DE ARAÚJO, RACHEL; LUSTOSA COSTA, MARIA CLÉLIA **DA MIGRAÇÃO SERTANEJA AO SURGIMENTO DAS FAVELAS: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E VULNERABILIDADE EM FORTALEZA - CEARÁ**

GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 6, núm. 3, julio-diciembre, 2015, pp. 585-598 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil. Acesso em 02 set. 202

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1995). **Principes de géographie humaine**. Paris: Éditions UTZ.